

I FÓRUM INTERNACIONAL
INDÍGENAS
NA HISTÓRIA

23 a 26 Novembro 2021
Brasil | UFMA - São Luís
Evento on-line

I Fórum Internacional Indígenas na História

23 a 26 de novembro de 2021

UFMA, São Luís (MA)

Evento online

Simpósio Temático 04: Povos indígenas em resistência: memória, territorialidade e ancestralidade.

**TRAJETÓRIAS E PROCESSOS NO MUSEU INDÍGENA ANÍZIA MARIA DA
COMUNIDADE TABAJARA E TAPUIO-ITAMARATY, ESTADO DO PIAUÍ**

Helane Karoline Tavares Gomes
UFPI/UESPI

Anna Bottesi
Unito/UFPE

Elayne da Silva Nascimento
Museu Indígena Anízia Maria

Resumo

O Estado do Piauí presenciou, a partir da década de 1990, o processo de etnogênese dos povos indígenas Tabajara e Tapuio-Itamaraty, situados na comunidade Nazaré, município de Lagoa de São Francisco. A afirmação e reelaboração da identidade indígena, utilizada no intuito de legitimar as demandas territoriais constituem exemplos da agência desses grupos étnicos que se mobilizam em prol da luta por direitos fundamentais. A reivindicação de direitos previstos na Constituição de 1988 e as trocas de saberes e experiências com outros povos indígenas no território brasileiro corroboram com a mobilização étnica e o surgimento de espaços de debates e preservação da identidade indígena. As pesquisas sobre as mobilizações sociais indígenas inauguram, portanto, uma nova página da história indígena do Piauí. Desde a década de 1970 as mobilizações sociais e o trabalho das Comunidades Eclesiásticas de Base desenvolvidas na região da Grande Pedro II impulsionaram o processo de afirmação e reelaboração étnica dos Tabajara e Tapuio-Itamaraty. Particularmente durante as últimas duas décadas esse grupo protagonizou o processo de organização em torno do reconhecimento étnico, resultando na criação da Associação dos Povos Indígenas Tabajara Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré (APIN) que atualmente abriga 140 famílias indígenas, resultando em aproximadamente 452 indivíduos cadastrados. O desenvolvimento de relevantes ações políticas resultou também na criação do Museu Indígena Anízia Maria. Esse trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória do museu mencionado e as atividades realizadas a partir da organização do III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil (realizado pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social), ocorrido no ano de 2017, na comunidade Nazaré. O evento incentivou a realização de inúmeras outras atividades entre as quais destacamos o projeto de pesquisa “Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara-Tapuio Itamaraty de Nazaré, Lagoa de São Francisco – Piauí” promovido pelo Museu do Índio em junho de 2018, uma pesquisa desenvolvida em colaboração com uma estudante de mestrado da Universidade de Turim (Itália) entre julho e setembro de 2018 e o projeto de pesquisa e extensão intitulado “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)” ainda em curso. Entre as outras reflexões, buscamos apresentar algumas considerações relacionadas às discussões desenvolvidas pelos indígenas no âmbito das oficinas de Expografia e Patrimônio material e imaterial, com ênfase no caso específico da análise da expografia associada aos povos indígenas do Museu do Estado do Piauí - Casa Odilon Nunes.

Palavras-chave: Emergência étnica; Museologia indígena; Pesquisa colaborativa, Estado do Piauí.

Introdução

A trajetória dos processos organizativos dos povos indígenas do Piauí funde-se a memórias, mobilizações étnicas, lutas camponesas e conflitos fundiários. O Estado do Piauí presenciou o processo de etnogênese dos povos indígenas Tabajaras e Tabajara Tapuio Itamaraty, na região norte do Estado, sobretudo, durante as últimas duas décadas. Evidencia-se, portanto, a emergência de grupos, por longo tempo, confundidos à massa da população que reivindicam a identidade indígena, com a afirmação de sua descendência de grupos étnicos invisibilizados na historiografia. Para Almeida (2012) a emergência étnica dos povos indígenas associa-se a capacidade de reelaboração de identidades, a partir da ação política, sendo necessário compreender a configuração dessas manifestações, oriundas de longos processos históricos, ou frutos de circunstâncias históricas específicas, favorecidas pelo próprio discurso historiográfico.

O desenvolvimento de relevantes ações políticas dos Tabajara e Tapuio Itamaraty resultou na criação da Associação dos Povos Indígenas Tabajara Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré (APIN) que atualmente abriga 140 famílias indígenas, resultando em aproximadamente 452 indivíduos cadastrados e da criação do Museu Indígena Anízia Maria. Esse trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória do museu indígena e as atividades realizadas a partir da organização do III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, realizado no ano de 2017, na comunidade Nazaré.

O evento incentivou a realização de inúmeras outras atividades entre as quais destacamos o projeto “Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara-Tapuio Itamaraty de Nazaré, Lagoa de São Francisco – Piauí” promovido pelo Museu do Índio em junho de 2018, uma pesquisa desenvolvida em colaboração com uma estudante de mestrado da Universidade de Turim (Itália) entre julho e setembro de 2018 resultante na dissertação intitulada “Se esconder para resistir, aparecer para existir: auto representação e resgate dos saberes tradicionais no Museu Indígena “Anízia Maria” da comunidade Tabajara e Tapuio de Nazaré, Brasil”, e o projeto de pesquisa e extensão intitulado “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)” ainda em curso.

Emergência étnica e Memórias dos Tabajara e Tapuio Itamaraty

Os Tabajaras são um grupo étnico de origem Tupi cuja presença foi registrada na costa do atual Nordeste brasileiro desde o século XVI, especialmente nas capitanias de Pernambuco e Paraíba. Há registros do século XVII que apontam também a presença de parte

desse grupo na região da Serra da Ibiapaba, atual fronteira dos estados do Piauí e Ceará¹. Os fluxos expedicionários da província de Pernambuco ao Maranhão tinham na Serra da Ibiapaba importante entreposto logístico, militar e administrativo. De acordo com Leite Neto (2006) os grupos indígenas que passaram a viver nas serras mencionadas haviam sofrido um deslocamento espacial, associado, sobretudo, a política de ocupação territorial colonial, revelando a necessidade de encontrar áreas de refúgio para esses povos².

Atualmente existem grupos auto-identificados, como Tabajara no litoral paraibano, nos municípios Pitimbu, Alhandra e Conde, no sertão cearense, nos municípios de Crateús, Poranga, Monsenhor Tabosa, Tamboril e Quiterianópolis e no Estado do Piauí nos municípios de Piri-piri e Lagoa de São Francisco, na comunidade rural Nazaré, a 12 quilômetros da sede municipal. As narrativas dos deslocamentos, movimentos migratórios, fugas, capturas e “domesticações” encontram-se associadas à memória dos antepassados que habitaram a região que corresponde atualmente à comunidade Nazaré³. Estes reafirmam, por meio da descendência da indígena denominada Jacinta, sua etnicidade. A indígena mencionada deu a luz a Antônia Jacinta e Maria Jacinta, resultado da união com um fazendeiro local. Essas duas irmãs residiam no território que compreende a comunidade de Nazaré, até seus últimos dias, gerando descendentes que nos dias atuais reivindicam o reconhecimento de sua identidade indígena, mobilizando-se em prol da defesa de seu território.

Os Tabajara e Tapuio Itamaraty assumem essa denominação em 2016. Cabe dizer que estes eram conhecidos anteriormente como Codós / Cadóis Cabeludos de Pedro II⁴. O grupo étnico adquiriu essa denominação devido à influência de Padre Alexandre, um missionário do Conselho Indígena Missionário, que desenvolveu trabalhos na região da Grande Pedro II. O padre, ao passar pela comunidade escutou os relatos acerca da presença pretérita de grupos indígenas das famílias Cadóis e Cabeludos naquela localidade, que teriam migrado para a região em virtude da seca que assolava o Ceará. Partindo dessa narrativa o missionário passou a sustentar a denominação mencionada (RELATÓRIO DE

¹ A região abrigou um dos maiores pontos de missão da Companhia de Jesus no Brasil fora da área das missões do Paraná-Uruguai. As tentativas de aldeamento jesuíta dos indígenas nas Serras de Ibiapaba obtiveram êxito apenas em 1691, com a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em 15 de agosto de 1700 (MAIA, 2010). Os relatos dos grupos indígenas associados a Serra da Ibiapaba encontram-se relacionados às primeiras expedições colonizadoras do Ceará. A aldeia dos jesuítas da região mencionada abrigava diferentes grupos indígenas, como os Anacé, Aconguaçu, bem como povos pertencentes ao tronco linguístico Tupi. Em 1702, a capitania geral de Pernambuco e suas anexas possuíam cerca de 6.700 índios aldeados, dos quais 4.000 estavam na Serra de Ibiapaba.

² Em 1741 a região, antes pertencente à capitania do Piauí, passa a constituir parte da jurisdição do Ceará. Em 1756, havia, na Aldeia, 5.474 tabajaras e 632 tapuias (MAIA, 2010).

³ Cabe dizer que “a memória é sempre um fenômeno atual, um vínculo vivido com o eterno presente” (NORA, 1993, p. 10).

⁴ O município Lagoa de São Francisco foi emancipado do município de Pedro II em 26 de janeiro de 1994, conforme lei nº 4.680/34 foi emancipado do município de Pedro II.

QUALIFICAÇÃO DE DEMANDA TERRITORIAL - TERRA INDÍGENA MORRO BELO, 2018, p. 04). Conforme o “Relatório de qualificação de demanda territorial da terra indígena Morro Belo” (2018, p. 06), o etnônimo tapuio foi adotado também por indígenas que residem no município de Crateús, no Estado do Ceará. A partir da metodologia da história oral evidenciamos versões diferenciadas a respeito das origens e ancestralidade do grupo étnico tapuio, na comunidade de Nazaré.

Perpétua, indígena tapuio, associa a origem de sua família a uma família indígena proveniente de Pernambuco que migrou da Serra da Ibiapaba em direção ao Piauí, se instalando no município de Lagoa de São Francisco (GOMES, 2020). Indagado sobre esse tema, Francisco Pedro, indígena tapuio, resgata em diversas oportunidades a história de vida da bisavó de sua avó e afirma que a história de seus ancestrais indígenas encontra-se associada ao percurso de uma indígena “pega a dente de cachorro”. A origem dos Tapuios contemporâneos estaria associada à história de vida de duas indígenas. Os relatos orais enfatizam o percurso de uma indígena, denominada Raquel e negociada, em troca de uma burra. A segunda indígena, uma criança “muito braba”, teria sido capturada a dente de cachorro por um não indígena, na localidade do Engano de Baixo, no momento em que se refrescava, permanecendo presa em um quarto, “amansada”, estabelecendo posteriormente união com seu captor (RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO DE DEMANDA TERRITORIAL - TERRA INDÍGENA MORRO BELO, 2018, p. 05).

De acordo com a pesquisa desenvolvida pela Fundação Nacional de Saúde Indígena (FUNASA) no ano de 2015 foram identificados aproximadamente 1.783 indígenas, tendo sido cadastradas 23 famílias em Lagoa de São Francisco, na comunidade Nazaré. Esses dados foram atualizados em 2016, a partir do qual foram identificadas 74 famílias cadastradas por lideranças da comunidade. Em 2019 foram reconhecidas 124 famílias pela Funai. De acordo com os dados da Associação dos Povos Tabajara e Tapuio Itamaraty de Lagoa de São Francisco (APIN), atualmente a comunidade de Nazaré abriga 140 famílias indígenas, resultando em aproximadamente 452 indivíduos cadastrados.

A partir da metodologia da história oral foi possível observar que as narrativas dos indígenas Tabajara e Tapuio Itamaraty destacam o início das mobilizações sociais na região a partir da década de 1960, associadas à Igreja Católica pela Associação Apostólica da Comunidade de Nazaré. A questão indígena é impulsionada, inicialmente pelo trabalho missionário das Comunidades Eclesiásticas de Base⁵ e à atuação da Fundação Mandacaru,

⁵ A respeito disso o cacique Henrique Manoel assinala que em 2005 um mapeamento produzido por Deodata dos Anjos, vinculada as CEB's, constatou a presença de remanescentes indígenas associados aos Codós Cabeludos na região da Grande Pedro II (Região que abrange os municípios de Lagoa de São Francisco, Domingos Mourão e Pedro II). A referida agente produziu uma dissertação em antropologia sobre as práticas de cura na região e paralelo a esse trabalho, conduziu uma série de questionamentos no intuito de instigar a população a questionarem sobre suas origens.

na década de 1970. A partir de 1986 foi possível a execução de projetos de incentivo as atividades artesanais com grupos organizados, viabilizadas pela Fundação Kolping. No ano seguinte é iniciado um projeto, parceria entre a Universidade Federal do Piauí, Universidade do Estado de São Paulo e a Paróquia de Pedro II, no intuito de desenvolver um diagnóstico territorial da comunidade de Nazaré⁶.

Os moradores da localidade alegam que a consciência da origem indígena sempre esteve presente, porém foi externalizada no ano de 1995, ocasião em que o Centro de Formação Mandacaru, em parceria com o Prof. Luís Carlos Rodrigues Cruz Puskas, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Piauí, desenvolveu um diagnóstico socioeconômico na localidade de Nazaré (DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ PEDRO II-PIAÚÍ, 1995). Esse fato desencadeou, durante a década de 1990, um intenso processo de rememoração, corroborando com a afirmação de uma identidade contrastativa (SILVA, 2006). Somado a isso o Projeto Emergência Étnica Indígena, coordenado pela Prof. Dra Carmem Lúcia Silva Lima, a partir do ano de 2015, corroborou com o processo de reelaboração e afirmação da identidade indígena desses grupos étnicos.

O museu indígena “Anízia Maria”

Uma ação central ao processo de emergência foi a fundação, em outubro de 2016, do Museu Indígena “Anízia Maria” – ou simplesmente “Mia Maria” para os habitantes de Nazaré. Essa iniciativa faz parte de um movimento mais amplo em que a realidade museológica é vista como uma oportunidade para ampliar os espaços de participação e representação social, política e cultural cada vez mais procuradas pelas populações indígenas. A estrutura física e conceitual do museu é apropriada e rearticulada e conforme as necessidades que cada grupo tem de se afirmar como indígena e legitimar sua presença no território, abrindo espaço para a formulação de discursos não-hegemônicos que revelam novas perspectivas sobre as noções como patrimônio, museu e memória. Para enquadrar esse fenômeno, Gomes (2016) avança a proposta de conceitos específicos como “ação museológica indígena” e “etnomuseografia”. O antropólogo identifica os “museus indígenas” como lugares construídos em e por comunidades em que a identidade étnica indígena é redefinida a partir de memórias contidas nos e evocadas pelos objetos e em que processos educativos especiais acompanham a mobilização política e a organização sócio comunitária. Eles não são mais «museus sobre os indígenas, mas dos indígenas» (VIDAL, 2008, p. 03) em que a

⁶ Esse diagnóstico corroborou com a iniciativa de loteamento das terras particulares, ocorrido em 1993, ano em que a localidade é contemplada com o programa de energia elétrica.

representação oferecida valoriza “o ponto de vista sobre a própria cultura” (CHAGAS, 2007: 176; GOMES e RODRIGUES, 2010). A grande variabilidade, assim como a reinvenção contínua, são traços fundamentais desses processos; cada experiência demonstra formas locais de apropriação, tradução e rearticulação (GOMES, 2019), o que faz com que seja muito difícil definir e enquadrá-los conceitualmente como categoria. Mesmo assim todas podem ser consideradas como parte das estratégias de resistência (CAMARENA e MORALES, 2006) e verdadeira “re-existência” (ABREU, 2005, p. 17) adotadas pelas comunidades locais, a fim de enfrentar os desafios impostos pelos fluxos contemporâneos da globalização e promover a luta social, cultural, política e intelectual.

Em Nazaré a ideia de construir um museu surgiu após a participação de alguns membros da comunidade no II Fórum de Museus Indígenas do Brasil, realizado em agosto de 2016 na aldeia Buíque/PE, na Terra Indígena Kapinawá. A participação nessa iniciativa pode ser incluída em um discurso definido por Arruti (1996, p. 53) como “a instituição das viagens”, ou seja, a criação de delegações que se deslocam no território construindo uma rede de relações que junta diferentes comunidades, alimenta um circuito de trocas de experiências e estimula uma maior participação e coesão na organização do movimento de emergência étnica presente no território brasileiro.

Logo depois, durante um encontro com os participantes do movimento indígena de Nazaré para discutir o que foi debatido durante o Fórum, surgiram as primeiras propostas para a efetiva construção de um espaço onde fosse possível ser contada a história da própria comunidade. Aliás, o Estado do Piauí havia sido selecionado para sediar o III Fórum de Museus Indígenas no ano seguinte (2017). A formação do acervo se deu a partir de doações de famílias e indivíduos da comunidade, incluindo subseqüentemente objetos doados por externos (principalmente outros parentes indígenas). A coleção passou a ser hospedada nas casas de várias pessoas antes de serem alocadas na estrutura atual, que ainda não é a definitiva. Desde 2016 o Mia Maria foi desenvolvendo uma estrutura peculiar no contexto de diferenciação das experiências museológicas mencionadas antes.

Por um lado, encontra-se o prédio onde os objetos são guardados. Entrando percebe-se logo a variabilidade da coleção: fotos, potes de barro, cestos e outros trançados, enfeites de plumária, maracás, máquinas de costura, ancoretas para carregar água, bonecos de madeira, placas de ferro, esporas de vaqueiro, ferramentas de caça e pesca, fuso e engenho para fiar o algodão, um molho de chaves, uma palmatória, um walkman, uma velha Kodak, ferros de passar roupa e bules de ferro, peças líticas e de cerâmica, cabaças, livros, sacos de ervas medicinais, uma máquina de escrever Olivetti, objetos usados na farinhada ocupam os três quartos dedicados à exposição. Por outro lado, para entender a forma com que ela é

organizada ou, conforme assinala Manuela Carneiro da Cunha, as “categorias nativas” (2009) em que se fundamentam, é preciso uma análise mais atenta.

Uma série de atividades desenvolvidas em julho de 2018 deixou bastante claro como a identidade indígena Tabajara e Tapuio vem se construindo com base nos saberes tradicionais, tanto naqueles que sempre pertenceram ao cotidiano dos habitantes de Nazaré e que são hoje reinterpretados como indígenas – é o caso de práticas como trançar a palha, quebrar coco, fiar o algodão, fazer a farinhada, trabalhar com a reza e medicina tradicional, entre outros – quanto naqueles que foram se perdendo ao longo do processo histórico colonial – principalmente a dança do Toré, a produção de artesanato de penas, a construção de objetos rituais como o maracá e a realização de pinturas corporais – e que são reintroduzidos graças ao intercâmbio com outras etnias. O Museu reflete essa forma de se pensar como indígena: graças a algumas entrevistas realizadas entre setembro e outubro de 2021, foi evidente como os objetos relacionados a essas atividades são os que mais despertam nos indivíduos a memória de uma vivência específica, localizada tanto no passado quanto no presente.

Ao se relacionar com os objetos no espaço do museu, as pessoas evocam lembranças individuais que, por serem compartilhadas pela maioria, revelam a presença de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1968). Dessa forma, mesmo quem não doou peças ao museu sente-se representado e vê a sua própria história contada. O fato disso não ser perceptível no imediato é devido principalmente à falta de espaço, o que causa dificuldade em arranjar as peças conforme aos conjuntos de saberes tradicionais. Com o tempo a coleção vai crescendo e, não sendo o prédio que hospeda o museu ainda o definitivo, a prioridade de quem trabalha na sua gestão e organização é, como me disse uma integrante do Núcleo Educativo, dispor os objetos de uma forma que sempre se deixe algum espaço para futuras aquisições. Essa ação não demonstra apenas uma atitude pragmática, mas testemunha como a identidade indígena que é representada no espaço museológico é percebida como incompleta⁷ e em fase de construção e transformação contínua. Sendo assim, parece-nos apropriado ampliar o conceito de Clifford (1997) de “coletar como ato de construção do si” ao contexto museológico do Mia Maria. Podemos acrescentar, dum si “emergente”.

A segunda questão que faz com que o Museu Indígena Mia Maria se diferencie de outras experiências é o fato dele se ampliar para além dessa estrutura física e abranger outros lugares, dentro e ao redor da comunidade Nazaré. São esses: a oca, uma estrutura circular aberta, coberta de palha, localizada no quintal do finado Seu Manoel, pai do cacique Henrique Manoel. Ela não é apenas um espaço onde se realizam os rituais, mas também um ponto de referência para as atividades do movimento indígena. A casa de farinha, onde se mantém viva

⁷ Sobre a noção de incompletude da identidade ver Remotti (2013).

a tradição e a memória da farinhada, uma das principais atividades indígenas e momento fundamental para fortalecimento das relações sociais. Em fim, os “lugares de memória”, ou seja, algumas áreas localizadas perto de Nazaré em que se contextualizam alguns dos acontecimentos que caracterizam tanto a história de origem da comunidade, quanto uma série de experiências mais recentes vivenciadas no cotidiano pelos habitantes – buscar água no igarapé, tomar banho, entrar em contato com os próprios encantados, entre outras. Isso faz com que eles cumpram um papel fundamental no fortalecimento da identidade indígena, pois como sugerem Fabietti e Matera (1999, p. 36)., representam pontos de referência espaço-temporal em torno dos quais as identidades coletivas são estruturadas graças ao significado que evocam em relação ao “sentido de pertencimento dos indivíduos a um grupo específico”.

Entre os principais lugares de memória lembramos: o Olho d’água Cedro, o Cemitério indígena, o rio Curralinho, o Morro da Coã, a localidade Chã. Em cada um deles os elementos da paisagem constituem pontos de referência para uma reconstrução histórico-cultural baseada numa dimensão espacial mais do que temporal. Ela é constitutiva da rede de relações e significados que estendendo-se horizontalmente sobre o território, o levam a ser incorporado no discurso identitário proposto pela comunidade. A interpretação do espaço através do olhar antropológico inerente à noção de “paisagem histórica” (ARRUTI, 2006, p. 164) permite o ressurgimento de eventos até agora silenciados, graças aos quais é possível repensar e reescrever "de baixo" a história de um determinado território.

Essa parte do museu é identificada como “museu difuso”, mesmo não se enquadrando perfeitamente nas definições conhecidas, pois esses lugares são sim singularizados pelo processo de musealização como espaços onde guardar e transmitir a memória, mas também seguem sendo vividos, no cotidiano, pela população local. A dimensão re-existencial toma, por tanto, um significado mais profundo e constitutivo da estrutura museológica física e conceitual. Ela não se manifesta apenas na rearticulação da representação da comunidade enquanto indígena para a produção de novas possibilidades de existência futura, mas também na reformulação contínua das identidades que ocorre nos espaços do museu quando eles são vivenciados pelos indivíduos – ou seja, durante os rituais na oca, durante a farinhada e as visitas aos lugares de memória. Em outras palavras, o Museu Indígena Anízia Maria não é apenas um lugar onde os Tabajara “se pensam” como indígenas, mas também onde eles se “realizam” enquanto tais (ARRUTI, 1999). Aliás, é justamente a experiência direta, ao lado da conservação das memórias antigas, que garante a manutenção de uma conexão entre passado e presente e incentiva novas modalidades para se impor, enquanto sujeitos políticos legitimados, na construção de um futuro coletivo.

Para concluir, salientamos novamente como cada processo museológico se diferencia e constrói suas categorias com base nos elementos considerados constituintes da indigenidade

de cada grupo étnico. Teorias recentes como a criatividade cultural (FAVOLE, 2010) aparecem úteis ferramentas analíticas para interpretar as trajetórias de sociedades pensadas até tempos recentes como extintas (SAHLINS, 1999) e refletir sobre a capacidade que povos frequentemente pensados como “sem história” (CLIFFORD, 2013: 22) mostram de se reinventar em formas e modalidades inéditas e imprevistas dentro de espaços geralmente ocupados por dinâmicas coloniais. Nessa perspectiva, os museus indígenas se revelam não apenas como atos políticos, mas também como atos criativos “flexíveis, em constante construção e adaptação conforme as contingências” (VENTUROLI, 2016: 274). Dentro dos seus espaços as identidades são pensadas não como construções cristalizadas, mas de forma dinâmica e transformativa. Com isso, eles oferecem um olhar renovado sobre os processos de legitimação sócio-política de coletividades historicamente marginalizadas que passam através da apropriação, desconstrução e rearticulação do estereótipo em chave étnica. Objetos, memórias, atitudes e discursos são ressignificados para evocar um imaginário em que os povos indígenas não sejam mais visualizados como relíquias exóticas de um eterno passado, mas como atores do presente em luta para o próprio direito à terra e à vida.

Atividades desenvolvidas (2017-2021)

Como mencionamos anteriormente, a trajetória e processo do Museu Indígena Anízia Maria começou-se a partir da organização do III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil (realizado pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social), ocorrido no dia 19 a 21 de outubro do ano de 2017, na comunidade Nazaré⁸. O fórum contou a participação de 18 estados e mais de trinta povos, além de um representante da Rede e União de Museus Comunitários de Oaxaca (UMCO) do México e da Rede de Museus Comunitários da América. Através deste evento muitos contatos, oportunidades e parcerias foram surgindo e assim engrandecendo o movimento museológico do museu Indígena Anízia Maria dentro da comunidade, juntamente com os povos indígenas Tabajara e Tapuio. No decorrer do encontro ocorreram muitas participações importantes, além disso, pessoas como o diretor do Museu do Índio (RJ) da Fundação Nacional do Índio participou do evento. Em decorrência surgiu a ideia de uma assessoria técnica com o objetivo de realizar uma pesquisa etnográfica sobre saberes e conhecimentos associados à produção da cultura material entre o povo Tabajara Tapuio, da comunidade de Nazaré, promovido pelo Museu do Índio em junho de 2018. A equipe de pesquisa foi coordenada pelo antropólogo Alexandre Gomes, a arqueóloga

⁸ O Fórum Nacional dos Museus Indígenas é um dos principais encontros de povos indígenas e com o objetivo de fortalecer os processos museológicos dentro de seus territórios, fortalecer a luta dos povos indígenas e com a finalidade maior que a troca de saberes e experiências entre povos que foi o que aconteceu no III Fórum na comunidade Nazaré.

assistente Helane Tavares, e Alex Hermes cineasta que esteve fazendo o registro fotográfico e audiovisual desse material.

A colaboração dessa equipe e realização dessa pesquisa teve como principal objetivo realizar o registro desses saberes que estão associados à produção de diversos tipos de objetos. Toda essa trajetória durou 10 dias intensos de muitas entrevistas, oficinas e conversas sobre os materiais escolhidos para a pesquisa. Foram identificados seis conjuntos de saberes e priorizados dois desses para a realização de uma pesquisa que identificou as matérias-primas, produtores, técnicas de produção, pessoas e famílias, conhecimentos, locais da extração de recursos, resultando assim numa pesquisa colaborativa onde também tinha um foco na observação da relação dos indígenas com seus territórios e objetos relacionados à sua cultura. Ao final da pesquisa colaborativa foi formada uma pequena coleção de objetos produzidos pelos próprios indígenas, doada para o Museu do Índio, compondo assim uma primeira coleção etnográfica de objetos de indígenas do Piauí na referida instituição.

Logo mais, entre julho e setembro de 2018, houve mais uma pesquisa desenvolvida em colaboração com Anna Bottesi, uma estudante de mestrado da Universidade de Turim (Itália), onde abordou a auto representação e fortalecimento dos saberes tradicionais no Museu Indígena “Anízia Maria” da comunidade Tabajara e Tapuio de Nazaré, Brasil. Foi a partir de então que o museu indígena foi trabalhado suas especificidades de representação de suas peças, e assim também deu continuidade ao projeto de saberes, trabalhando na organização do museu, catalogação e preparo da coleção das peças construídas e selecionadas para serem enviadas ao Museu do Índio. Durante os dois meses de pesquisa foram abordadas grandes e importantes histórias dos troncos velhos e que ajudaram na documentação da história da comunidade indígena, além de trabalhar junto aos Núcleos Educativos e Gestor do Museu Mia Maria algumas oficinas de preparação de visitas guiadas, tombamentos, organização das peças no espaço físico e na elaboração e construção do site do museu, com todas as informações da comunidade e do museu facilitando assim um contato e pesquisas escolares. Após essas pesquisas, diversas atividades surgiram e participações em eventos como o III Fórum de Museus Indígenas no Estado do Ceará, ocorrido em setembro de 2018, onde na oportunidade cinco indígenas da comunidade participaram do evento e colocaram suas experiências, dificuldades e conquistas para iniciação do museu, levando assim junto com eles novas vivências e ideias para o museu da comunidade.

Em novembro dos anos de 2019 e 2020 ocorreu a I e II edição do Encontro de Juventude Indígena do Estado do Piauí, encontros importantes para implementar mais ainda o processo de reafirmação da juventude com a cultura indígena. Durante os dois encontros foram debatidos vários temas importantes, assim como a conservação de suas culturas e a troca de experiências entre povos. Após o encontro de jovens em 2020, logo mais em

dezembro do mesmo ano, foram realizadas algumas atividades, como a implementação relacionada ao artesanato indígena, onde foi trabalhada a produção de cocares e filtros dos sonhos ao qual hoje são umas das atividades de produção que gera renda para os indígenas dentro da comunidade.

Ao passar do tempo, mais atividades colaborativas de formação e projetos importantes foram surgindo com o intuito de melhorar, ampliar e organizar o museu indígena da comunidade. Várias atividades foram ocorrendo no decorrer do ano de 2021, como o projeto de pesquisa e extensão, em curso, intitulado “Salv guarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)”. Um projeto financiado pela Secult (SIEC) coordenado pela historiadora arqueóloga Helane Tavares em colaboração com os Tabajara Tapuio Itamaraty. O projeto visa adquirir um financiamento para a aquisição de equipamentos objetivando uma melhor gestão do acervo físico e atualização do ambiente multimídia do Museu Indígena Anízia Maria e assim retomar as ações de salv guarda do patrimônio cultural dos Tabajara Tapuio Itamaraty, promovendo capacitação do Núcleo Educativo e Núcleo Gestor do MIA MARIA, observando que as ações de formação técnica, bem como os projetos de estruturação física do MIA MARIA, foram interrompidas durante a pandemia do COVID-19.

O projeto de Salv guarda e aquisição de acervo do MIA MARIA tem duração de 1 ano, ao qual finalizará em abril de 2022. Dentro de todo o ano aconteceu e ainda irá acontecer mais oficinas de formação sobre gestão de acervos museológicos para os núcleos de organização do museu. Durante o ano de 2021 já aconteceram três oficinas, dentre elas a oficina de expografia colaborativa ministrada pela antropóloga Anna Bottesi, onde foi trabalhado junto aos núcleos a forma de organização e representatividade do museu, ou seja, a forma como as peças estão expostas, como contam suas histórias e a reorganização das mesmas dentro do espaço físico. Durante esse evento foi também efetuada uma crítica ao Museu do Estado do Piauí e a representação sobre os povos indígenas do Estado. Não temos aqui o espaço para discutir o assunto de forma aprofundada, mas tanto a narrativa geral que acompanha o visitante nas salas, quanto a sala dedicada aos povos indígenas não são consideradas apropriadas para mostrar a história e a cultura indígena piauiense. Não apenas a sala indígena apresenta um conteúdo “pobre”, “confuso”, as vezes “desrespeitoso” em expor restos humanos, mas ela é colocada ao início de um percurso que segue de forma cronológica, passa através a sala “afrobrasileira”, a sala “colonial”, a sala “imperial”, a sala “república” e chega a uns espaços dedicados à “cultura piauiense” pensada em termos folclóricos. Isso sugere uma visão ainda relacionada a um discurso assimilacionista, em que os indígenas só existiram “ao começo da história” para depois se dissolver na sociedade piauiense. Pelo contrário, o discurso oferecido no Museu Mia Maria, através da exposição de

peças semelhantes àquelas do Museu do Estado é de diferenciação, salientando a luta das comunidades indígenas para o reconhecimento étnico.

A segunda oficina ocorrida foi de patrimônio material e imaterial também ministrada pela antropóloga Anna Bottesi onde contou com a participação dos demais sócios indígenas da APIN, pois era importante os indígenas da comunidade compartilhar o que é considerado como “Patrimônio” e assim também diferenciar o que é um patrimônio material e imaterial e quais suas relações com as pessoas, com a comunidade e os derivados dos materiais considerados, e sobretudo, entender a valorização do patrimônio histórico-cultural da comunidade. Já na terceira oficina foi realizado um momento de espiritualidade que teve como objetivo fortalecer as raízes ancestrais do povo indígena de Nazaré, dando continuidade às formações voltadas para os saberes tradicionais com relação à saúde, enfatizando o despertar do dom da pajelança.

Considerações finais

Para Almeida (2012) se a historiografia forjada no século XX contribuiu para invisibilizar a atuação dos indígenas na história do Brasil, em contrapartida, os movimentos contemporâneos de etnogênese, têm confirmado a capacidade dos indígenas de rearticulação de suas culturas e identidades. As atividades de pesquisa, registro e documentação do patrimônio cultural dos Tabajara e Tapuio Itamaraty desenvolvidas pela “Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara-Tapuio Itamaraty de Nazaré, Lagoa de São Francisco – Piauí” e pela pesquisa resultante na dissertação “Se esconder para resistir, aparecer para existir: auto representação e resgate dos saberes tradicionais no Museu Indígena “Anízia Maria” da comunidade Tabajara e Tapuio de Nazaré, Brasil” contribuíram de maneira ampla no processo de reconhecimento dos povos indígenas no estado do Piauí, por meio do apoio da produção de sua cultura material, estimulado por atividades que fomentaram um amplo diálogo inter geracional com pessoas de conhecimentos e habilidades únicas, que aprenderam com seus antepassados e transmitiram esses saberes para as novas gerações.

O projeto “Salvaguarda, registro e documentação dos lugares de memória dos povos Tabajara e Tapuio Itamaraty de Lagoa de São Francisco (PI)” visa dar continuidade aos ciclos de formação e as pesquisas associadas a esses povos, corroborando com a valorização da cultura indígena e registro e salvaguarda do patrimônio histórico-cultural, transmissão de conhecimento, trocas de saberes e experiências. Esse projeto contribui também com a retomada das ações de salvaguarda do patrimônio cultural dos povos Tabajara e Tapuio Itamaraty, junto ao Núcleo Gestor e Educativo do Museu Indígena Anízia Maria, observando

que as ações de formação técnica, bem como os projetos de estruturação física do MIA MARIA, foram interrompidas durante a pandemia do COVID-19.

Referências

ABREU, Regina. "Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos", em **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2005, p. 101-125.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. **Interações**, v. 19, n. 03, jul/set, Campo Grande, 2018, p. 611-626.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**, Rio de Janeiro, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996.

ARRUTI, José Maurício. "A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco", em J. Pacheco de Oliveira (org.), **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria: LACED, 1999, p. 229-278.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: **Antropologia e História do processo de formação quilombola**, Bauru/SP, Edusc, 2006.

CAMARENA, Cuauhtémoc, MORALES, Teresa. "**Community Museums and Global Connections: The Union of Community Museums of Oxaca**" in KARP, Ivan, KRATZ, Corinne A., SZWAJA Lynn, YBARRA-FRAUSTO, Tomás (ed.) **Museum Frictions: Public Cultures/Global Transformations**. London and Durham, Duke University Press, 2006, p. 322-344.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**, São Paulo, Cosac Naify, 2009.

CHAGAS, Mário. "**Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal**", em M. Ferreira Lima Filho, C. Eckert, J.F. Beltrão (org.), **Antropologia e patrimônio cultural. Diálogos e desafios contemporâneos**, Blumenau, Nova Letra, 2007, pp. 175-198.

CLIFFORD, James. "**Museums as contact zones**", em J. Clifford (org.), **Routes: travel and translation in the late twentieth century**, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1997.

CLIFFORD, James. **Returns: Becoming Indigenous in the Twenty-First Century**, Cambridge, Harvard University Press, 2013.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ PEDRO II-PIAÚÍ. Teresina, 1995.

FABIETTI, Ugo, MATERA, Vincenzo. **Memorie e identità: simboli e strategie del ricordo**, Roma: Meltemi, 1999.

FAVOLE, Adriano. **Oceania. Isole di creatività culturale**, Bari, Laterza, 2010.

FIGUEIRA, Luiz. Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva (1608). In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1903, p. 97-140.

GOMES, Alexandre O. “**O passado vai tá sempre na frente do presente**”: museus indígenas em rede, etnografia em processo”, em M. Xavier Cury (org.), **Direitos indígenas no Museu. Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão**, São Paulo, ACAM Portinari, 2016, p. 195-217.

GOMES, Alexandre O. **Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico**, Tesi di Dottorato, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. [não publicada], 2019.

GOMES, Helane Karoline Tavares. **Etnicidade e mobilização social indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (1990-2019)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História, Teresina, UESPI, 2020, 147 p.

GOMES, Alexandre O; RODRIGUES DE OLIVEIRA, Ana Amália “**A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico**”, em *Museologia e Patrimônio*, v. 3, n. 2, 2010, p. 42-55.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**, Paris, PUF, 1968.

LEITE NETO, João. **Índios e Terras – Ceará: 1850-1880**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, UFPE, 2006.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba: De Aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – século XVIII**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niteroi - RJ, 2010.

REMOTTI, Francesco. **Fare umanità: I drammi dell’antropo-poiesi**. Bari: Laterza, 2013.

SAHLINS, Marshall. “**What Is Anthropological Enlightenment? Some Lessons of the Twentieth Century**”, em *Annual Review of Anthropology*, 1999, v. 28, p. i-xxii.

VENTUROLI, S. “**Sem dança não tem força nenhuma. Creazione di spazi indigeni nell’area urbana di San Paolo, Brasile**”, em *Anuac*, v. 5, n. 1, 2016, pp. 269-292.

VIDAL, Lux B. “**O museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí: gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá**”, em Bruno, M.C. Oliveira, Neves, K.M. Felipini (org.), **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**, São Cristóvão, Museu de Arqueologia do Xingó, 2008, pp. 173-181.